

A União Europeia e o Desafio Energético: A Energia como Motor da Integração Europeia

Celso Cancela Outeda

Universidade de Vigo

O quinto alargamento realizado entre 2004-2006, colocou à UE definitivamente ante um enorme desafio que deverá enfrentar a médio prazo. Efectivamente, aos reptos internos de natureza institucional e política (PAC, política regional), soma-se agora a necessidade de definir e implementar uma política energética comum. Seus envolvimentos estendem-se desde a política comercial, à definição de uma política exterior, passando pela política europeia de vizinhança e isso sem esquecer a dimensão ambiental (protecção do meio ambiente, luta contra a mudança climática), o crescimento sustentável (fomento da eficiência energética e das energias renováveis são objectivos principais).

Em particular, a questão energética coloca a UE ante o espinhoso tema das relações com o gigante energético: Rússia. A conhecida como a "Guerra do gás" de Janeiro de 2006 que envolveu a russos e ucranianos, mas afectou indirectamente a Estados membros da UE, em especial aos incorporados por motivo da quinta ampliação. Este conflito supôs um autêntico revulsivo para que a UE tomasse consciência e situou uma série de questões em cima da mesa.

A questão energética pode analisar-se, sob duas ópticas: uma interna com uma dimensão económico-mercantil (aponta principalmente para a criação de um mercado energético europeu, definição de fontes energéticas, etc.); outra externa com uma dimensão geoestratégica. Até à presente década, em geral tem predominado o primeiro dos enfoques, ainda que obviamente ambos estão imbricados. Mas, com a subida dos preços do petróleo nestes primeiros anos do século XXI e com a quinta ampliação da UE para o Centro e Leste do Continente europeu, a segunda óptica adquiriu uma maior relevância. A UE percebeu com clareza sua situação de dependência e vulnerabilidade energética. Isso é consequência de que o abastecimento energético se leva a cabo, quase em exclusiva, fora do território europeu, em regiões politicamente instáveis. A UE não tem garantida a sua segurança energética, isto é, não dispõe de um fornecimento fiável e a preços estáveis. Deste modo, a UE é vulnerável economicamente.

A esta vulnerabilidade económica, há que lhe acrescentar a política. À margem das discrepâncias entre os Estados membros da UE (por exemplo, em torno da energia nuclear), a energia pode ser usada por outros Estados para beneficiar ou prejudicar unilateralmente a um dos Estado/s membro/s provocando receios, ressentimentos e conflitos internos que desgastem a coesão da UE. Um bom exemplo é o projecto germano-russo de construção de um oleoduto submarino no mar Báltico, aprovado pela Comissão Europa, que foi mal recebido por Estados membros como Polónia ou os Países Bálticos já que, a longo prazo, debilita sua posição política. Este caso põe de manifesto a ausência e necessidade de adoptar uma política energética comum europeia. A UE deve apresentar-se perante a Rússia como um interlocutor único, pois, caso contrário, a energia poderia se converter num factor externo susceptível de ser utilizado em sua contra. Assim, para evitar esta estratégia de divide e vencerás, será preciso uma política exterior e de segurança comum

Efectivamente, o recente alargamento para Leste incorporou na UE Estados com uma histórica dependência energética (em alguns casos quase plena) de Rússia. Para estes Estados, e para a própria UE, a questão energética é prioritária. A segurança energética da UE implica pôr sobre a mesa as relações (económicas e políticas) com Rússia. Mas, estas são motivo de divisão entre os Estados da UE; numa posição pragmática, uns Estados apostam em dar preferência aos interesses e resultados; enquanto outros (temerosos da

Rússia) desejam que essas relações assentem em valores (democracia, direitos e liberdades, etc.) com vista a "domesticar" a Rússia.

Assim, o desafio energético coloca a energia entre as principais prioridades da agenda europeia. Que pode fazer a UE para reduzir a sua dependência energética e aumentar sua segurança energética? Que estratégias devem ser seguidas num contexto mundial em que aumenta a procura de energia? Que riscos entranha a dependência europeia de Rússia em matéria de energia? Que critérios devem presidir as relações entre a UE e Rússia nesta questão?

Responder a estas e outras perguntas tornam indispensável a definição de uma estratégia e uma política energética comum e efectiva capaz de incrementar a segurança energética. Sem dúvida, isso exige combinar medidas internas e externas. Em concreto, é necessário determinar quais serão as fontes energéticas, criar um mercado energético, etc. Este é um passo prévio para a defesa dos interesses energéticos e, em consequência, julgar como levar a cabo uma política exterior para sua promoção e defesa. Dito de outra maneira, definir uma posição comum no sector energético ajudará a conter possíveis manobras de produtores destinadas a condicionar a economia e a política da UE, isto é, reduziria a sua vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, também é de esperar que contribuisse para fortalecer a sua política exterior.

E isso sem esquecer que com a política energética entroncam outras importantes políticas:

Política de vizinhança, em especial, com os Estados ribeirinhos do Cáspio e do norte de África. Esta política deve contribuir para a paz e a estabilidade (tanto no interior como no exterior da UE) e a segurança (em particular, em áreas geográficas produtoras e de trânsito onde abundam os conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos). Também deve orientar-se para a modernização das infra-estruturas energéticas e à construção de novas;

Política de cooperação e desenvolvimento;

Política comercial que deve apostar nos mercados mundiais, em detrimento de acordos bilaterais que incrementam o risco de perturbação do sistema energético.

A UE deve, em suma, adoptar um enfoque compreensivo e coerente orientado no sentido de diminuir sua dependência energética e a aumentar sua segurança energética, o qual depende da estabilidade tanto do fornecimento como dos preços. Além disso, reduzir a vulnerabilidade exterior e ajudar à definição da política exterior europeia, contribuirá para a coesão interna da UE tanto no económico como no social. A energia será, pois, um factor impulsor, o motor, da integração europeia nas próximas décadas.